

A NOÇÃO DE LEITURA E DE SUJEITO-LEITOR DA ANÁLISE DE DISCURSO: UM PROCESSO QUE MOBILIZA SENTIDO(S)

Rossaly Beatriz Chioquetta Lorensen

Resumo

Este artigo objetiva compreender epistemologicamente a noção de leitura e de sujeito-leitor sob a perspectiva teórica da Análise do Discurso, atravessada pelo modo como as produções languageiras que circulam na sociedade dizem da leitura (imaginário e simbólico) e do sujeito-leitor. Olha-se para o modo de produção de leitura e para o sujeito-leitor, pensando um processo sócio-histórico de produção de sentidos, a partir de um lugar social, atravessado por um mosaico de discursos. Propõe-se apresentar, aqui, por meio de pesquisa bibliográfica, um olhar para essas noções que pode se traduzir em arcabouço teórico, na perspectiva discursiva, um campo de saber específico, que dialoga com a Linguística.

1 INTRODUÇÃO

Ao se mencionar o nome Análise do Discurso (AD), conforme Ferreira ([1998] 2003), mobiliza-se imediatamente mais de uma leitura e de acordo com Orlandi ([1988] 2012c), a leitura, na perspectiva discursiva, em acepção ampla, pode ser entendida como atribuição de sentidos. Leitura pode significar concepção, quando é usada no sentido de leitura de mundo, refletindo a relação com a noção de ideologia. Assim, a leitura pode ir além de uma simples decodificação de signos, atividade mecânica que determina uma postura passiva diante de um texto.

Para a Análise de Discurso, o processo de leitura vai muito além da primeira etapa que é decodificação da palavra escrita; contrapõe-se a uma visão de leitura como decodificação linguística e a um sentido único, fornecido pelo texto, porque inclui o histórico-social como constitutivo do

discurso. Assim, na “perspectiva da AD, a leitura remete a processos de significação determinados ideologicamente”. (Coracini, 2010b, p. 100). É a interpretação que extrapola a letra do texto, é a continuidade da leitura do mundo acionada pelo sujeito-leitor que vai além, que mobiliza o(s) sentido(s).

Com Orlandi (2012c), compreende-se que a noção de leitura da AD é polissêmica, contrapõe-se à linearidade da leitura monossêmica. Para a AD, a organização linguística interna do texto é o que menos interessa; o que está em jogo é o modo como o texto organiza sua relação com a discursividade. Se em acepção ampla, leitura é construção de sentidos, em sentido mais restrito, leitura pode significar “a construção de um aparato teórico e metodológico de aproximação de um texto”. (Orlandi, 2012c, p. 7). Ao assumir uma perspectiva discursiva na noção de leitura, se pensa a produção de leitura como parte do processo de instauração do(s) sentido(s), considerando que os sujeitos produtores do(s) sentido(s) - o sujeito-autor e o sujeito-leitor - ambos têm suas especificidades e sua história, são sócio-historicamente determinados e ideologicamente constituídos, regidos pelas condições de produção, imaginário discursivo que habita o sujeito e determina o seu dizer. Dito de outro modo, tanto os sujeitos quanto os sentidos são determinados histórica e ideologicamente, constituem-se num mesmo processo.

2 DESENVOLVIMENTO

Sob essa âncora discursiva, a leitura envolve as relações de força ideológicas que proporcionam aos sujeitos envolvidos inscreverem-se na história e produzirem sentidos. Os sentidos não existem em si mesmos – em sua relação transparente com a literalidade do significante – mas, ao contrário, são determinados “pelas posições ideológicas que estão em jogo no processo sócio-histórico no qual as palavras, expressões e proposições são produzidas (isto é, reproduzidas)”. (Pêcheux, [1975] 2009, p. 146).

Nessa confluência, a leitura, a ideologia e o sujeito, “os três termos devem estar interligados.”. (Mazière, 2007, p. 62). Também estão inter-relacionados na prática, a ponto de nenhum poder ser realizado de forma

independente, a leitura, a interpretação e a escritura, muito embora sejam metodologicamente processos distintos. Leitura e interpretação não se recobrem: a noção de interpretação é mais ampla, pois os gestos de interpretação são constitutivos tanto da leitura quanto da produção do sujeito. Logo, há múltiplos e variados modos de leitura e há de se compreender “que a nossa vida intelectual está intimamente relacionada aos modos e efeitos de leitura de cada época e segmento social”. (Orlandi, [1988] 2012c, p. 8).

Nesse percurso, o texto impõe um limite material fundamental na interpretação. Não se lê qualquer coisa porque a materialidade do texto não é indiferente. Contudo, não é só o texto que determina as leituras, mas o sujeito - não na acepção de Descartes, dotado de razão e com controle consciente da linguagem e do sentido - participante de uma determinada formação discursiva, “sujeito clivado, heterogêneo, perpassado pelo inconsciente, no qual se inscreve o discurso”. (Coracini, 2010a, p. 18). É a interpretação de um dado leitor num dado momento e lugar, uma relação dialética entre leitor e texto. Por outra via, ler é “uma operação de caça” (Certeau, [1990] 2014, p. 236), na qual o sujeito-leitor faria “uma reapropriação no texto do outro: aí vai caçar, ali é transportado, ali se faz plural como os ruídos do corpo. [...] Faz das palavras as soluções de histórias mudas”. (Certeau, [1990] 2014, p. 48). De acordo com o historiador, o sujeito-leitor passa a ser um caçador em propriedades alheias, seu lugar não é aqui ou acolá, podendo tanto ser um como outro, associando textos adormecidos que o sujeito-leitor desperta e habita, não sendo nunca seu proprietário. É possível traçar um paralelo com a noção de leitura discursiva, na medida em que um mundo diferente do sujeito leitor se introduz no mundo do sujeito-autor. Certeau ([1990] 2014) comenta ainda que o sujeito-leitor torna o texto habitável, à maneira de um apartamento alugado; transforma a propriedade de um outro em lugar tomado de empréstimo, mobiliando e mudando o imóvel com seus gostos e recordações até a fina película da escrita do sujeito-autor tornar-se um remover de camadas pelo sujeito-leitor, um jogo de espaços.

Nesse enredamento acerca da noção de leitura, Pêcheux cita J. M. Rey para perguntar “Sabemos o que é ler?” [...] Recortar, extrair, deslocar, reaproximar: é nessas operações que se constitui esse dispositivo muito particular de leitura que se poderia designar como leitura-trituração”. (Pêcheux, [1980] 2016, p. 25). E o autor afirma que analisar discursos coloca em jogo o que ele chama de “tomar partido pela imbecilidade”. (Pêcheux, [1980] 2016, p. 25). Para não cair nesse jogo, o que seria esse fazer imbecil? Segundo o autor, é decidir não saber nada do que se lê, permanecer estranho a sua própria leitura, “acrescentá-la sistematicamente à fragmentação espontânea das sequências, para acabar de liberar a matéria verbal dos restos de sentido que ainda aderem aí...” (Pêcheux, [1980] 2016, p. 25).

Pêcheux ([1983] 2010b) cita novamente a reflexão do distanciar-se da imbecilidade ao não dissociar memória do histórico e do político e ensina que devemos mover nosso olhar primeiro para as significações, depois para as construções e procedimentos de montagens: para ilustrar a importância da questão do sentido e da vontade de interpretar, o autor traz a fala de Pierre Achard, que cita o provérbio chinês: “Quando lhe mostramos a lua, o imbecil olha o dedo” (Pêcheux, ([1983] 2010b, p. 54). Eis o desafio de analistas do discurso na leitura dos arquivos: distanciar-se da imbecilidade e vislumbrar uma “lua” de sentidos em seus objetos de análise.

Nas palavras de Pêcheux ([1982] 2010a), a questão de leitura permanece quase sempre implícita e há razões para se pensar que os conflitos explícitos remetem a clivagens subterrâneas (expressão utilizada pelo próprio Pêcheux), ou seja, nas bordas, entre maneiras diferentes de ler o arquivo:

“Seria do maior interesse reconstruir a história deste sistema diferencial dos gestos de leitura subjacente, na construção do arquivo, no acesso aos documentos e a maneira de apreendê-los, nas práticas silenciosas da leitura “espontânea” reconstituíveis a partir de seus efeitos na escritura: consistiria em marcar e reconhecer as evidências práticas que organizam essas leituras, mergulhando a “leitura literal” (enquanto apreensão-do-documento) numa “leitura” interpretativa – que já é uma escritura. Assim começaria a se constituir um espaço polêmico das maneiras de ler, uma descrição do “trabalho do

arquivo enquanto relação do arquivo com ele-mesmo, em uma série de conjunturas, trabalho da memória histórica em perpétuo confronto consigo mesma". (Pêcheux [1982] 2010a, p. 51).

Com Mazière (2007), entendemos que nesse texto Ler o arquivo hoje, de 1982, Pêcheux vai repensar uma história de leitura como história cultural, opondo a leitura de dados, informativa, qualitativa e científica "à leitura durante muito tempo considerada como a única leitura letrada, a da literatura e das ciências interpretativas, com o primeiro lugar sendo da história". (Mazière, 2007, p. 63). Logo, a noção de leitura da AD francesa inscreve o sujeito-leitor que não é facilmente definível. O sujeito-leitor faz o sentido na história, por meio do trabalho da memória, a retomada do já dito. O sujeito não está na fonte do sentido. E o sentido não aparece na conclusão das estatísticas. Mas o sentido é explicável por um dispositivo que não é transparente nem às intenções nem às enunciações dos interlocutores.

Para se compreender melhor a noção de sujeito-leitor, há que se pensar na noção de sujeito da AD que não considera a noção psicológica de sujeito empiricamente coincidente consigo mesmo, ao contrário, entrelaça outros fios conceituais dessa filiação teórica de vertente francesa e serve de travessia na investigação do funcionamento discursivo pelos gestos de interpretação que sinalizam movimentos, efeitos, a relação com sentidos de um discurso. Sob essa perspectiva teórica, a ideologia é a condição para a constituição do sujeito e dos sentidos, é função da relação necessária entre linguagem e mundo, pois, "Linguagem e mundo se refletem no sentido da refração, do efeito imaginário de um sobre o outro.". (Orlandi, [1999] 2012a, p. 47).

O sentido é uma relação determinada do sujeito, afetado pela ideologia, com a história. A marca da subjetivação se dá no "traço da relação da língua com a exterioridade: não há discurso sem sujeito. E não há sujeito sem ideologia. Ideologia e inconsciente estão materialmente ligados." (ORLANDI, [1999] 2012a, p. 47). Dito de outro modo, a materialização da língua pressupõe um sujeito que enuncia não na sua individualidade, mas afetado pelo inconsciente e pela ideologia. Estão ligados pela língua e, enquanto

prática significativa, a ideologia aparece como efeito da relação necessária do sujeito com a língua e com a história para que haja sentido.

A ideologia intervém com o modo de funcionamento imaginário, imagens que permitem que as palavras colem com as coisas. E é “a ideologia que faz com que haja sujeitos. O efeito ideológico elementar é a constituição do sujeito”. (Orlandi, [1999] 2012a, p. 48). E, avançando um pouco mais, é pela interpelação ideológica do indivíduo em sujeito que se instaura a discursividade. O sujeito do discurso tem a ilusão de ser a origem do que diz, mas é constituído a partir da relação com o outro, nunca sendo fonte única do sentido, pois “nem a linguagem, nem os sentidos, nem os sujeitos são transparentes: eles têm sua materialidade e se constituem em processos em que a língua, a história e a ideologia concorrem conjuntamente”. (Orlandi, [1999] 2012a, p. 48). O sujeito da AD sofre os efeitos do simbólico, se não se submeter à língua e à história ele não se constitui, ele não fala, ele não produz sentidos. O sujeito da AD é afetado pelo real da história, isto é, pela contradição, considerando que o real é aquilo que não pode ser dito pela língua, mas é apreendido pela discursividade, pela ordem do simbólico. Na representação do real da língua pela linguagem, o real se opõe ao simbólico e vice-versa.

O passo seguinte agora é a noção de posição-sujeito, pois o sujeito discursivo é pensado como uma posição entre outras e, segundo Orlandi ([1999] 2012a), é um lugar – é a posição que deve e pode ocupar o indivíduo para ser sujeito do que diz. De acordo com Ferreira (2001), uma posição-sujeito não é realidade física, mas um objeto imaginário, representando, nos processos discursivos, os lugares ocupados pelos sujeitos na estrutura de uma formação social. A posição-sujeito, segundo Pêcheux ([1975] 2009), configura-se como um objeto imaginário que ocupa seu espaço no processo discursivo. Dessa forma, o sujeito não é um, mas comporta distintas posições-sujeito, variantes conforme as formações discursivas e ideológicas em que o sujeito se inscreve, ou seja, faz parte do descentramento do sujeito falar-se em posições-sujeito. O sujeito se constitui em posições-sujeito. Nesta perspectiva, os sujeitos são intercambiáveis, não há um sujeito único, mas diversas posições-sujeito, as

quais estão relacionadas com determinadas formações discursivas e ideológicas, porque

[...] "o sujeito-leitor aproxima-se do texto a partir do seu lugar social, de sua posição sujeito, e o observa à luz do seu contexto sócio-histórico, cultural, político e econômico. Mas não apenas isso. Aborda-o igualmente a partir de suas histórias de leitura, e de outros discursos que ressoam desde o interdiscurso, atravessando-se em sua leitura. [...] Em suma, ler é mergulhar nessa teia discursiva invisível, constituída de palavras anônimas já-ditas e já esquecidas que constituem um "corpo sócio-histórico de vestígios" a serem lidos." (Indursky, 2001, p. 37).

Assim, considerando que ler é mergulhar numa teia discursiva invisível, o sujeito-leitor não reconhece sentidos, não preenche lacunas, hiatos, mas é interpelado pela posição-sujeito que o afeta e instaura seu próprio processo discursivo, desconstruindo o texto lido, atribuindo sentidos que podem não ser aqueles esperados pelo sujeito-autor, lembrando que tanto o sujeito-leitor, quanto o sujeito-autor, quanto os sentidos são historicamente determinados, pois, "as palavras, proposições etc., mudam de sentido segundo as posições sustentadas por aqueles que as empregam". (Pêcheux, [1975] 2009, p. 146-147). Pelo exposto, retomo o dizer inicial de que para compreender a noção de sujeito da AD há que entrelaçá-la a esses outros fios conceituais da teoria.

Prosseguindo, apresenta-se a noção de sujeito-leitor. Pensando na reflexão de Barthes ([1970] 2012), para quem "há séculos que nos interessamos desmedidamente pelo autor e absolutamente nada pelo leitor" (Barthes, [1970] 2012, p. 26) e com Orlandi ([1988] 2012c) de que o leitor possui as suas próprias histórias de leituras - ou seja, com a relação imaginária com o texto ao simbólico, o leitor pode cortar, escandir, pontuar sentidos - considera-se que o texto prescinde do leitor. Dito de outro modo, pensa-se a leitura como relação entre texto e leitor, já que tanto o texto quanto o leitor possuem suas histórias.

Nesse prisma, o processo da leitura é associativo, uma luta incessante do leitor com a força do texto: “com a lógica da razão (que faz com que a história seja legível) mistura-se uma lógica do símbolo”. (Barthes, [1970], 2012, p. 28). A leitura deriva de associações engendradas pelo sujeito-leitor na letra do texto mobilizando sentido(s), interpelado pela ideologia, de forma inconsciente. “A leitura mais subjetiva que se possa imaginar nunca é senão um jogo conduzido a partir de regras. De onde vêm estas regras?”. (Barthes, [1970] 2012, p. 28-29). A resposta do próprio autor é de que as regras vêm de uma forma simbólica que nos constitui.

Nessa direção, ler é fazer trabalhar o corpo do sujeito-leitor ao apelo dos signos do texto, de todas as linguagens que o atravessam e que formam como que a profundidade cambiante das frases, considerando as condições de produção e as formações imaginárias que incidem sobre o sujeito-leitor. Na leitura são mobilizadas, pelo menos, duas posições-sujeito: o sujeito-autor e o sujeito-leitor. Ambos atuam afetados pelas condições de produção, pelo inconsciente e pela ideologia. Ao falar em “processo de interação da leitura” (Orlandi, [1988] 2012c, p. 10), a autora sublinha uma relação que instaura o processo de leitura: é o jogo na relação entre o leitor virtual (leitor imaginário, a quem o autor destina o texto) e o leitor real (leitor constituído, aquele que lê o texto efetivamente, que se apropria do texto, a presença física). Assim, sob essa perspectiva, o leitor não interage com o texto numa relação de sujeito/objeto, mas a relação de interação é com outro(s) sujeito(s), com o leitor virtual, o autor. Ainda de acordo com Orlandi ([1988] 2012c), se ficasse só na objetividade do texto, fixar-se-ia na mediação, e se perderia a significância ao se perder a historicidade constitutiva.

3 CONCLUSÃO

Pelo exposto, “ler é uma prática social que mobiliza o interdiscurso (a memória do dizer) e que conduz o leitor, enquanto sujeito histórico, a inscrever-se em uma disputa de interpretações”. (Cazarin, 2011, p. 240). De acordo com

a autora, a noção de leitura da AD lança o sujeito-leitor a desestabilizar sentidos já dados, em um processo histórico de interpretação e de disputa de sentidos. A formação do sujeito-leitor pode perpassar pelo assujeitamento, pois a “noção de sujeito-leitor acolhe, ao mesmo tempo, o individualismo e o mecanicismo coercitivo de individualização imposto pelas instituições”. (Orlandi, [1988] 2012c, p. 67). Ideologicamente, o sujeito-leitor se apresenta como capaz da livre determinação dos sentidos, todavia, simultaneamente, é um sujeito submetido às regras das instituições.

Abordou-se, neste estudo, a noção de sujeito-leitor, buscando compreender como ele (inter)age nesse processo de leitura, produção de sentido(s), gesto de interpretação do sujeito que lê, considerando que a leitura produzida é uma dentre outras possíveis. Isso ocorre porque ler “é saber que o sentido pode ser outro”. (Orlandi, [2003] 2012b, p. 138). Podem ser vários, contudo, não pode ser qualquer um, pois não dá para ler o que o texto não permite; a leitura, sob a óptica discursiva, é questão de historicidade, a legibilidade não é um “tudo ou nada.” (Orlandi, [1988] 2012c, p. 9). A legibilidade vai além do limite material do texto.

Nesse sentido, ao pautar a leitura como um processo, um trabalho de trituração significa que, como o sujeito não apreende o real tal como é, “o impossível de ser atingido” (Pêcheux, [1983] 2012), ele precisa produzir, em sua leitura, um recorte, um efeito de sentido. O trabalho de análise é, portanto, entendido “não mais como uma leitura/interpretação em que se misturam o ver e o entender (de um sentido através de uma sequência textual), mas trabalho no sentido de trabalho filosófico” (Conein et. al. [1980] 2016, p. 323-324), isto é, de análise e de teorização. Pêcheux, conforme Maldidier ([1989] 2003) foi um semeador de ideias de leitura. “Ele trabalhou impossíveis ‘máquinas de ler’ que iam abrir novas leituras. Ele, infatigavelmente, leu e releu, fez ler, falou de suas leituras”. (Maldidier, [1989] 2003, p. 98).

REFERÊNCIAS

- BARTHES, Roland. Escrever a leitura. Trad. Mário Laranjeira. In: BARTHES, Roland. O rumor da língua. São Paulo: Martins Fontes, [1970] 2012, p. 26-29.
- CAZARIN, Ercília Ana. Texto e hipertexto: processos de leitura. In: SCHONS, Carme Regina; CAZARIN, Ercília Ana (org.). Língua, escola e mídia: en(tre)laçando teorias, conceitos e metodologias. Passo Fundo: Editora Universidade de Passo Fundo, 2011.
- CERTEAU, Michel. A invenção do cotidiano: 1. Artes de fazer. Trad. Ephraim Ferreira Alves. 22. ed. Petrópolis: Vozes, [1990] 2014.
- CONEIN, Bernard. et al. A fronteira ausente: um balanço. In: CONEIN, Bernard. (org.). Materialidades discursivas. Campinas: Editora Unicamp, [1980] 2016. p. 321-328.
- CORACINI, Maria José Rodrigues Faria. Leitura, decodificação, processo discursivo. In: CORACINI, Maria José Rodrigues Faria (org.) O jogo discursivo na aula de leitura: língua materna e língua estrangeira. 3. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2010a. p. 13-20.
- CORACINI, Maria José Rodrigues Faria. Analisando as visões de leitura em LE de alunos de 3º grau. In: CORACINI, Maria José Rodrigues Faria (org.) O jogo discursivo na aula de leitura: língua materna e língua estrangeira. 3. ed. Campinas: Pontes Editores, 2010b. p. 93-102.
- FERREIRA, Maria Cristina Leandro (org.). Glossário de termos do discurso. Porto Alegre: UFRGS, Instituto de Letras, 2001.
- FERREIRA, Maria Cristina Leandro. Nas trilhas do discurso: a propósito de leitura, sentido e interpretação. In: ORLANDI, Eni Puccinelli (org.) A leitura e os leitores. Campinas: Pontes, [1998] 2003. p. 201-208.
- INDURSKY, Freda. Da heterogeneidade do discurso à heterogeneidade do texto e suas implicações no processo da leitura. In: ERNST-PEREIRA, Aracy; FUNCK, Suzana Bornéo (org.). A leitura e a escrita como práticas discursivas. Pelotas: Educat, 2001, p. 26-42.
- MALDIDIER, Denise. A inquietação do discurso: (re)ler Michel Pêcheux hoje. Trad. Eni Puccinelli Orlandi. Campinas: Pontes, [1989] 2003.
- MAZIÈRE, Francine. A análise do discurso: história e práticas. Trad. Marcos Marcionilo. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.

ORLANDI, Eni Puccinelli. *Análise de Discurso: princípios e procedimentos*. 10. ed. Campinas: Pontes Editores, [1999] 2012a.

ORLANDI, Eni Puccinelli. *Interpretação, autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico*. 6. ed. Campinas: Pontes Editores, [2003] 2012b.

ORLANDI, Eni Puccinelli. *Discurso e leitura*. 9. ed. São Paulo: Cortez, [1988] 2012c.

PÊCHEUX, Michel. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Trad. Eni Puccinelli Orlandi. 4. ed. Campinas: Editora da Unicamp, [1975] 2009.

PÊCHEUX, Michel. *Ler o arquivo hoje*. In: ORLANDI, Eni Puccinelli (org.). *Gestos de Leitura*. 3. ed. Campinas: Editora da Unicamp, [1982] 2010a. p. 49-59.

PÊCHEUX, Michel. *Papel da memória*. In: ACHARD, Pierre et al. (org.). *Papel da memória*. 3. ed. Trad. José Horta Nunes. Campinas: Pontes Editores, [1983] 2010b. p. 49-57.

PÊCHEUX, Michel. *O discurso: estrutura ou acontecimento*. Trad. Eni Puccinelli Orlandi. 6. ed. Campinas: Pontes Editores, [1983] 2012.

PÊCHEUX, Michel. *Abertura do colóquio*. In: CONEIN, Bernard et al. (org.). *Materialidades discursivas*. Campinas: Editora Unicamp, [1980] 2016. p. 23-29.

Sobre o(s) autor(es)

Rossaly Beatriz Chioquetta Lorenset é Doutora em Linguística pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Mestre em Estudos Linguísticos pela Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), Especialista em Aspectos Peridiológicos da Língua Portuguesa, pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) e em Língua e Texto: Análise e Produção, pela Universidade do Oeste de Santa Catarina (Unoesc). Graduada em Letras Português-Inglês e respectivas Literaturas (Facepal) e em Língua e Literatura Espanhola (Unoesc).

Membro do Grupo de Pesquisa do Campo Discursivo e do Núcleo de Estudos em Linguística Aplicada (UFSC).

Desde 2001, é professora e pesquisadora de Língua Portuguesa na Universidade do Oeste de Santa Catarina - Unoesc Xanxerê. Dedicou-se à formação de professores, no curso de Pedagogia. Fez parte de forma nuclear na organização das 21 edições do Concurso de Oratória do curso de graduação em Direito e foi Coordenadora do Projeto de Extensão Universitária *Direito e cárcere: remição da pena pela leitura*, dessa mesma instituição.

Vencedora de Concurso Literário Nacional da Caixa Econômica Federal, obteve publicação de capítulo na obra *Gente de Talento*.

É autora de vários artigos em revistas científicas e obras coletivas e dos livros *Língua e Direito: uma relação de nunca acabar* e *Leitura e cárcere: (entre)linhas e grades, o leitor preso e a remição de pena*.

E-mail: professora.rossaly@gmail.com

Instagran: [@rossaly_beatriz](https://www.instagram.com/rossaly_beatriz)